

ESPAÇO ABERTO

Reflexões à margem de uma crise anunciada

Bolívar Lamounier

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

O Brasil nunca teve, não tem e não dá a sugerir que venha a ter uma estrutura de partido consistente e confiável.

Acrescente-se que, na situação em que nos encontramos, é imperativo contextualizar essa questão no quadro da séria crise com que nos iremos deparar num horizonte de 15 ou 20 anos. Começamos, então, pelos partidos políticos. Aqui, o que interessa não é o simples número de siglas, mas esse número ponderado pelo número de assentos que cada uma delas detém na Câmara federal. É sabido que nossos maiores partidos nunca ultrapassam 20% do número de assentos. Desse ponto de vista, estamos tratando do grau de fragmentação da estrutura partidária, e ninguém contesta que a nossa é uma das mais fragmentadas do mundo. Daí decorre que o Executivo só consegue o apoio da maioria recorrendo deslavadamente ao clientelismo e ao contorcionismo fiscal para fechar anualmente as contas públicas.

Escusado acrescentar que o acoplamento de tal maçaroca partidária ao sistema presiden-

cialista de governo não tem como chegar a bom porto. Escrevendo em 1983 – na era pré-Donald Trump, portanto –, mestre Maurice Duverger sentenciou que o sistema presidencial de governo “só funcionava a contento nos Estados Unidos”; noutros países, “ele sempre des-cambou para o presidencialismo, ou seja, para a ditadura”.

Outro ponto essencial a ressaltar sobre a vida partidária brasileira é o de que, entre nós, a debilidade tem se manifestado não apenas no âmbito de um ou de uns poucos partidos, mas nas próprias estruturas que se sucederam ao longo da História. A República dissolveu os partidos do Segundo Reinado; a Revolução de 1930 agiu da mesma forma em relação aos partidos “republicanos” (regimes estaduais de partido único) da Primeira República; o golpe militar de 1964 substituiu os partidos originários da Constituição de 1946 pelo bipartidarismo compulsório (Arena x MDB) de 1965 até a reforma de 1979. Os constituintes de 1988 fizeram pior: abriram a porteira para a boiada passar.

É igualmente necessário lembrar que nosso sistema

**Não estranha haveremos
chegado a uma estrutura
disfuncional, incompatível
com uma boa gestão
das contas públicas e
irrelevante na função de
representar os cidadãos**

eleitoral combina o princípio da proporcionalidade com o voto em *candidatos individuais*, contrariando assim, em sua essência, a lógica dos sistemas proporcionais, que é a de estimular a formação de partidos lastreados em princípios doutrinários. Não estranha, pois, o fato de haveremos chegado a uma estrutura disfuncional, in-

compatível com uma boa gestão das contas públicas e irrelevante na função de representar as preferências dos cidadãos. Por ignorância ou cinismo, recorremos, ano após ano, à lenga-lenga da reforma política e à panaceia do “semi-presidencialismo” de inspiração francesa. Este ponto requer uma reflexão pausada.

Pior que o soneto foi a emenda de 1961. Naquele ano, como se recorda, a desastrosa renúncia do presidente Jânio Quadros deu ensejo a uma igualmente desastrosa ação dos ministros militares com o objetivo de impedir a posse do sr. João Goulart, legitimamente eleito para a Vice-Presidência. Recorreu-se então ao “semipresidencialismo”, com os resultados que se poderia prever, inclusive o golpe militar de 1964.

No Brasil, a discussão sobre uma possível transição ao sistema parlamentarista inviavelmente desemboca em dois disparates. Um, o de que somos psicologicamente dependentes de “governos fortes”, ergo do presidencialismo. Outro, o de que os plebiscitos de 1961 e 1963 desqualificaram *ad aeternum* tal discussão. Excogitações medíocres demais até para um país que até hoje pouco fez para merecer coisa melhor.

Dá-se, entretanto, que o tempo (e a economia) não para.

Sabemos que, devido à “armadilha do baixo crescimento”, mesmo com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 3% ao ano, levaremos uma geração inteira para dobrar nossa pífia renda anual por habitante, e muito mais que isso

para superar nossos obscenos índices de desigualdade social. Que fazer, então? Uma reforma política séria? Hipótese, como sabemos, de quase impossível execução. Os constituintes de 1988 produziram uma Carta virtualmente irreformável, a começar pela exigência de convocação do “poder constituinte originário”, vale dizer, de uma nova Assembleia Constituinte.

Óbvio, portanto, que uma solução plausível terá que emergir *de fora para dentro e não de dentro para fora* da atual mecânica institucional. Precisar-se-á resultar de uma participação muito mais intensa – e ao mesmo tempo moderada, regular e lúcida –, da parte de todos aqueles que detêm recursos para tanto (recursos pecuniários, vocação de liderança e até mesmo disponibilidade de tempo para participar da vida pública). Falo de uma ação análoga à *perestroika* de Gorbachev, que, ao suspender a censura e o controle das comunicações pelo Partido Comunista da União Soviética, quase chegou a criar uma opinião pública dentro da milenária autocracia russa.

É plausível supor que a entrada efetiva de mais 10% (cerca de 15 milhões de eleitores) no sistema político poderia escorar adequadamente a condução das instituições formais de governo, provendo-lhes o indispensável balizamento e controlando seus eventuais desatinos. ●

SÓCIO-DIRETOR DA AUGURIUM CONSULTORIA,
É MEMBRO DAS ACADEMIAS PAULISTA DE
LETRAS E BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Tragédia no RS

Precisamos nos preparar

Fenômeno climático raro causa calamidade no RS; inundação deve se agravar (Estadão, 3/5). O momento é de solidariedade com o povo gaúcho, mas também de reflexão sobre o que não foi feito ou desdenhado em relação à prevenção aos eventos climáticos extremos. Muitos prefeitos estão vindo a público para pedir a necessária ajuda, mas não os vejo fazendo um *mea culpa* quanto a ocupações irregulares em áreas de risco ambiental, falta de políticas de urbanismo sustentável, investimento em ciência e tecnologia de prevenção climática e um longo etc. daquilo que sabemos que poderia não ter evitado a tragédia, mas minimizado seus efeitos. Passada a recuperação da região e após as eleições municipais, toda essa discussão voltará à estaca zero, à espera de novas manifestações da natureza.

Adilson Roberto Gonçalves
Campinas

As previsões se confirmam

Acabou o período de avisos sobre o aquecimento global, e as piores previsões estão se confirmando em eventos como as tempestades sem precedentes no Rio Grande do Sul e as ondas de calor cada vez mais fortes e mais frequentes em grande parte do País. O Brasil não vai sobreviver permitindo o desmatamento de 80% do Cerrado e do Pantanal, e precisa rever a consequente legislação a esse respeito com urgência. O País não pode permitir que o desmatamento ilegal continue até o longínquo ano de 2030; o fim do desmatamento ilegal deve ser antecipado para 2025, quando o Brasil vai sediar a conferência do clima da ONU. Os avisos acabaram, o Brasil precisa de um plano de ação de recuperação de áreas degradadas e se proteger da nova realidade.

Mário Barilá Filho
São Paulo

O papel do governo federal

Lula montou uma sala de situação para acompanhar as enchen-

tes no Rio Grande do Sul e diz que o foco é o resgate das pessoas. Sim e não. Resgatar e evacuar as pessoas é o que o governo do Estado está fazendo com competência. O governo federal pode e deveria ajudá-lo mais nisso, contudo seu papel principal deveria ser outro: viabilizar soluções com o objetivo de evitar que o problema volte a acontecer. Não faltam soluções de engenharia para tratar o problema, desde que viabilizadas por verbas federais. Vou citar apenas algumas delas: 1) aumentar a capacidade das represas, por motivos óbvios; 2) projetos de macrodrenagem adaptados às necessidades de cada lugar para as cidades onde o risco é maior. É preciso haver lugares para onde direcionar grandes volumes de água e uma rede adequada para isso. Obras de macrodrenagem evitam grande parte das tragédias; 3) desassoreamento dos rios ou escadas hidráulicas; 4) aumento das áreas verdes; 5) captação e aproveitamento de água da chuva; 6) praças inundáveis; 7) previsão do

tempo e plano de alarmes e de evacuação com antecedência de 12 horas para eventos meteorológicos mais agudos. Como Lula não tem feito obras nesse sentido, eis aí uma boa oportunidade para começar. Mas, antes de olhar para o futuro, convém olhar um pouco para o passado: o governo federal deixou de repassar 1/3 das verbas prometidas na última tragédia. Assim, mais importante do que prometer seria cumprir.

Jorge Alberto Nurkin
São Paulo

1º de Maio de 2024

Evento esvaziado

No passado, os sindicatos movimentavam massas para celebrar seus políticos favoritos, mas isso ficou para trás. Tudo aconteceu graças aos grandes recursos financeiros que tinham para financiar eventos nos quais a verdadeira atração era a presença de artistas populares, combinada com o fretamento de ônibus para o transporte dos participantes.

Agora, sem recursos, o esvaziamento mostra que não há poder de engajamento dos sindicatos com os trabalhadores.

Fábio Donizetti
Osasco

Eleições 2024

Abuso de poder

Lula pede voto em Bóulos em ato esvaziado do 1.º de maio; lei eleitoral veda (Estadão, 2/5, A8). E agora, TSE? Além de fazer campanha fora de hora, pedindo votos para o seu pupilo – ainda que para poucos militantes –, sujeito a uma multa irrisória, Lula não cometeu crime também de abuso de poder econômico? Assim como Sérgio Moro? Afinal de contas, a Lei Rouanet e patrocínio da Petrobras foram usados não para o evento comemorativo do Dia do Trabalho, mas para um evento político partidário eleitoral. Ou as leis só servem para os opositores? E se Bóulos for eleito? Ele pode ser cassado? Não no Brasil.

Marcelo Teixeira
São Paulo